

cem anos da revolução de
OUTUBRO

22 de MAIO, 10H45
FCSH/NOVA - ID Sala 0.06



SEMINÁRIO DE INVESTIGAÇÃO
CIDADE E COMUNISMO

Organização: DINÂMIA'CET – IUL | IHC-FCSHNOVA

Coordenação: Ana Drago e José Neves

PROGRAMA

10h45 | abertura

11h00 | Questão urbana, marxismo e discurso comunista

Urbanização e totalidade. A ontologia do trabalho e as reduções e generalizações das críticas marxistas à urbanização moderna.

Por **Bruno Lamas** (Investigador independente)

A “Cintura Vermelha” de Lisboa: Politização e despolitização do urbano no discurso dos comunistas portugueses.

Por **Ana Drago** (Dinâmia’Cet-IUL)

13h00 | Intervalo para almoço

14h30 | Das práticas municipais à arquitectura do comum

“Querem ser o Restelo de Loures?": Prática municipal e pensamento sobre a periferia no comunismo pós-revolucionário.

Por **Tiago Castela** (CES-UC)

Práticas de arquitectura do comum.

Por **Tiago Mota Saraiva** (Atelier Mob)

16h30 | Intervalo para café

16h45 | Das teorias comunistas do sujeito à historiografia de uma revolução

Nem campo nem cidade. Notas a partir da história do comunismo e do pensamento político contemporâneo.

Por **José Neves** (FCSH/NOVA e IHC)

“Uma eternidade de debate e discórdia.” O papel da duração na historiografia do comunismo e da revolução.

Por **Luís Trindade** (IHC-FCSH/NOVA e Birkbeck College, Londres)

RESUMOS E BIOGRAFIAS

Urbanização e totalidade. A ontologia do trabalho e as reduções e generalizações das críticas marxistas à urbanização moderna.

A intervenção fará uma retrospectiva crítica das diversas aproximações do (pós)marxismo à chamada “questão urbana” (Henri Lefebvre, Manuel Castells, David Harvey, entre outros), procurando mostrar como um persistente entendimento positivo do “trabalho abstracto”, com maior ou menor intensidade, tem implicado um conjunto de equívocos, reduções e generalizações que impede tanto o desenvolvimento da crítica da urbanização moderna como, de um modo mais consequente, da crítica radical do todo social capitalista.

Bruno Lamas é arquitecto urbanista, colaborador desde 2002 na elaboração de diversos planos de ordenamento territorial, urbanísticos e das áreas da acessibilidade, mobilidade e transportes. Tem também trabalhado em torno de diversos outros temas, nomeadamente a partir do paradigma da ‘crítica do valor-dissociação’, desenvolvido pela revista teórica alemã EXIT!.

A “Cintura Vermelha” de Lisboa: politização e despolitização do urbano no discurso dos comunistas portugueses.

Desde as primeiras eleições autárquicas em 1976, o Partido Comunista Português assumiu a governação nas periferias urbanas carenciadas em torno da cidade de Lisboa, desenhando uma “cintura vermelha” que prevalece até hoje. Esta comunicação pretende analisar o discurso dos comunistas sobre esse encontro da democracia com a condição urbana durante a primeira década do poder local democrático, e a forma como PCP abordou a questão urbana portuguesa: as comissões de moradores e o movimento popular; a política de habitação, de solos e os “clandestinos”; e a institucionalização do poder local democrático.

Ana Drago é doutoranda em Estudos Urbanos, no ISCTE-IUL. Entre outros é co-autora de «Potentials and restrictions on the changing dynamics of the political spaces in the Lisbon Metropolitan Area» na colectânea «Cities in crisis» (Best Book Award 2016 da Regional Studies Association), e autora de «Is this what the democratic city looks like? Local Democracy, housing rights and homeownership in the Portuguese context» pelo International Journal of Urban and Regional Research (no prelo, 2017).

“Querem ser o Restelo de Loures?”: prática municipal e pensamento sobre a periferia no comunismo pós-revolucionário

Esta apresentação aborda as práticas e os discursos comunistas sobre as periferias urbanas em Portugal durante a primeira década após o início da democratização política. Tais discursos poderão eventualmente ter dificultado um combate progressista ao governo liberal da cidade nas décadas que se seguiram, sendo crucial examiná-los hoje. A apresentação recordará a articulação discursiva da produção “clandestina” do espaço como uma prática de planeamento participativo no município de Loures no final dos anos 70, e em particular o processo de rápida formalização do loteamento “clandestino” de Casal da Silveira. Evocará também a recepção à época em Portugal dos argumentos de Castells contra Lefebvre, tendo ambos visitado Portugal, de modo a relacionar as práticas concretas de municípios governados pelo Partido Comunista Português com a desconfiança teórica em relação ao espaço como questão da luta de classes.

***Tiago Castela** é historiador da arquitectura e do urbanismo, e arquitecto. Lecciona e faz investigação sobre a história da dimensão política da arquitectura e do urbanismo, com enfoque no sudoeste da Europa e no sul de África no século XX. É licenciado em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, e completou em Dezembro de 2011 um doutoramento em Arquitectura, no programa de História da Arquitectura e do Urbanismo, na Universidade da Califórnia, Berkeley. A sua tese de doutoramento é uma história etnograficamente informada das periferias ilegalizadas de Lisboa no pós-guerra, e dos efeitos de tais periferias na formação do conhecimento arquitectónico e do aparelho estatal do urbanismo. É investigador permanente do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra desde 2016, onde integra desde 2012 o núcleo de estudos sobre “Cidades, Culturas, e Arquitectura” (CCArq). Em 2013 e 2014, foi o coordenador do projecto de investigação exploratória “Urban Aspirations in Colonial/Postcolonial Mozambique” financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).*

Práticas de arquitectura do comum.

Nos últimos anos, sobretudo no universo anglo-saxónico, a ideia de “comum” tem vindo a ser recuperada para a esfera da arquitectura. Define-se algo que é mais lato que o espaço público. Algo que enquadra os processos participados, a regeneração urbana de territórios informais e/ou invisíveis ou as intervenções de emergência. Na língua portuguesa, rica em significados, “arquitectura do comum” congrega a ideia de uma arquitectura para as pessoas e a de uma arquitectura do que nos é comum.

***Tiago Mota Saraiva** é arquitecto e urbanista. Sócio da empresa Ateliermob – arquitectura, design e urbanismo Lda. e dirigente das cooperativas SOU Largo Residências Crl e Trabalhar com os 99% Crl.*

Membro do Conselho Editorial do Le Monde diplomatique - edição portuguesa, da associação europeia de activistas urbanos Re:Kreators e consultor externo da Câmara Municipal de Lisboa para a implementação da Agenda 21 da Cultura.

Nem campo nem cidade. Notas a partir da história do comunismo e do pensamento político contemporâneo

Nas tradições marxistas o sujeito revolucionário foi quase sempre configurado a partir da identificação de uma condição económico-social não raras vezes pensada como um espaço cultural. A identificação de uma função produtora específica – do camponês ao operário industrial – esteve intimamente ligada à imaginação de uma mundivisão cultural igualmente específica – de um romantismo pastoral crítico da modernização e da urbanização a uma celebração modernizante da cidade ou da metrópole. Convocando quer a história do comunismo em Portugal quer debates político-filosóficos actualmente mantidos numa esfera global e num período pós-colonial, esta comunicação pretende retomar o repto em tempos lançado por Raymond Williams, de acordo com o qual a elisão da divisão entre campo e cidade seria o grande desafio de um projecto emancipatório reivindicando-se do comunismo e ou do marxismo.

José Neves é professor auxiliar no Departamento de História da FCSH-UNL e investigador integrado do Instituto de História Contemporânea da mesma universidade. É director da revista Práticas da História – A Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past. Coordenou várias obras e é autor de Comunismo e Nacionalismo em Portugal – Política, Cultura e História no Século XX.

''Uma eternidade de debate e discórdia.'' O papel da duração na historiografia do comunismo e da revolução'

A primeira historiografia do PREC - bem como a memória social dominante - debruçou-se sobretudo sobre os processos institucionais, político-militares, baseados em protagonistas e datas específicas. Tal abordagem secundariza, ou ignora, a intensa e constante participação política de base, ou seja, um movimento social largamente participado e portanto menos dependente de figuras públicas e cronologias rígidas. Nesta comunicação, vamos discutir os desafios colocados à historiografia por um evento sem pontos de referência e as opções narrativas colocadas ao historiador quando quer narrar uma história fluida e multitudinária.

Luís Trindade é Senior Lecturer em Estudos Portugueses em Birkbeck, Universidade de Londres. Desde 2015, é também

investigador FCT no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, com projecto sobre a história das culturas audiovisuais, em Portugal, dos anos 1950 aos anos 1980s. Trabalhou sobre nacionalismo Português e vários aspetos da história cultural portuguesa no século XX. Em 2008, publicou O Estranho Caso do Nacionalismo Português, sobre as relações entre salazarismo e literatura. Publicou também sobre as histórias do cinema, intelectuais, jornalismo e publicidade em Portugal. Em 2013, editou o volume The Making of Modern Portugal, uma introdução ao Portugal contemporâneo.